

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.078 - PR (2016/0022497-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : OSVALDO TEREZA DE CAMPOS**  
**ADVOGADO : EDILBERTO SPRICIGO E OUTRO(S) - PR042702**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Osvaldo Tereza de Campos, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 317):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO. SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO. ACÓRDÃO. PROVIMENTO. EMBARGOS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ART. 1º DO DECRETO N. 20.910/32. OCORRÊNCIA. ATO ADMINISTRATIVO QUE NEGA O BENEFÍCIO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. AÇÃO AJUIZADA APÓS O TRANSCURSO DE MAIS DE 5 (CINCO) ANOS DO ATO DENEGATÓRIO DO BENEFÍCIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DO FUNDO DE DIREITO CONFIGURADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO (CPC, ART. 269, IV). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados (e-STJ, fls. 357-370).

O insurgente alega a existência de contrariedade aos arts. 63 do Decreto n. 61.784/1967; 103 e 104 da Lei n. 8.213/1991; bem como à Súmula 85/STJ.

Defende, em síntese, que a prescrição atingiria apenas as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior ao ajuizamento da ação.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 414).

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

O Tribunal de origem fundamentou o acórdão recorrido nestes termos (e-STJ, fl. 364):

**O que se tem aqui, em verdade, é a busca do Autor/Embargado pelo próprio direito ao benefício auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez, o que reclama a observância da prescrição do fundo de direito contida no artigo 1º, do Decreto nº 20.910/32, que dispõe:**

"As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem".

Ora, a análise dos fatos converge para o próprio fundo do direito do Autor/Embargado ao benefício auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez, cuja pretensão estará prescrita em 05 (cinco) anos após o ato ou fato que originou o direito do Autor, qual seja o acidente de trabalho por ele sofrido em 10.05.1975 (fl. 06).

Entretanto, **foi-lhe concedido o auxílio-doença** em 10.06.1975 (fl. 15) e **cessado em 23.08.1976** (fl. 17), **prazo ao qual se deve atribuir o caráter de ato negativo do direito do segurado** e o termo inicial da contagem da prescrição da pretensão deduzida na exordial.

Como se observa, o Tribunal de origem considerou a interrupção do auxílio-doença como ato negativo do direito do segurado. Entretanto, não havendo negativa do próprio direito (auxílio-acidente), não se pode presumi-lo, pois isso violaria o princípio *in dubio pro misero*. Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DOENÇA PREEXISTENTE. INCAPACIDADE A PARTIR DO LAUDO PERICIAL. RECONHECIMENTO. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO MISERO*. SÚMULA 7/STJ. AFASTAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior segue entendimento de que a aplicação do princípio *in dubio pro misero* deve prevalecer diante de relevante valor social de proteção ao trabalhador segurado e ante as dificuldades de apresentação de provas em juízo.

2. A dúvida em laudo pericial quanto ao exato início da incapacidade laboral do segurado é questão substancial para aplicação do princípio suscitado em favor do segurado.

3. Afastada a alegada incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 900.658/SP, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 10/12/2018)

Diante disso, conclui-se que o segurado busca direito que não foi anteriormente negado, razão pela qual não se lhe aplica a decadência, mas apenas a prescrição quinquenal, conforme determinam o *caput* e o parágrafo único do art. 103 da Lei n. 8.213/1991.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF,

APLICADA POR ANALOGIA. PENSÃO POR MORTE. IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. Tendo o Tribunal de origem dirimido, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não há se falar em afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, como no caso concreto.

2. Para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento, ainda que implícito, da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução a este Superior Tribunal de questões federais não debatidas no Tribunal de origem, a teor das Súmulas 282/STF e 211/STJ - hipótese em que o Tribunal de origem não emitiu nenhum juízo de valor acerca dos arts. 472 do CPC/1973 e 1.521, VI, e 1.753, caput, e § 1º, ambos do Código Civil, sendo certo, outrossim, que referida matéria nem sequer foi objeto de embargos declaratórios.

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "o direito à obtenção de benefício previdenciário é imprescritível, apenas se sujeitando ao efeito aniquilador decorrente do decurso do lapso prescricional as parcelas não reclamadas em momento oportuno" (AgInt no REsp 1.733.894/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/06/2018). Nesse mesmo sentido: EREsp 1.269.726/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/03/2019.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.550.105/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AMPARO SOCIAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL É A DATA DA NEGATIVA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Os benefícios previdenciários envolvem relações de trato sucessivo e atendem necessidades de caráter alimentar, razão pela qual a pretensão à obtenção de um benefício é imprescritível.

2. As prestações previdenciárias têm características de direitos indisponíveis, daí por que o benefício previdenciário, em si, não prescreve. Somente as prestações não reclamadas no lapso de cinco anos é que prescreverão, uma a uma, em razão da inércia do beneficiário, nos exatos termos do art. 3º do Decreto 20.910/1932.

3. É firme a orientação do STJ de que não ocorre a prescrição do fundo de direito enquanto não existir manifestação expressa da Administração negando o direito reclamado, estando prescritas apenas as prestações vencidas no quinquênio que precedeu à propositura da ação, nos termos da Súmula 85/STJ.

4. Uma vez negado formalmente pela Administração o direito pleiteado, flui o prazo prescricional cujo termo inicial é a data do conhecimento pelo administrado do indeferimento do pedido.

Precedente: AgRg no AREsp. 749.479/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.9.2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

5. No caso dos autos, há falar em prescrição, pois a data do requerimento administrativo foi 6.11.2003 (fl. 21); e a presente ação, ajuizada apenas em 3.7.2018, ou seja, quase 15 anos depois.

Portanto, decorridos mais de cinco anos da data da negativa e do ajuizamento da ação, deve ser mantida a solução dada pela Corte de origem.

6. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.829.798/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/9/2019, DJe 11/10/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, assim como na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para, afastando a decadência, anular o acórdão dos embargos de declaração, restabelecendo, com exceção do fundamento relativo à decadência, o acórdão proferido no julgamento da apelação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator